

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Escola de Comunicação

O discurso ambiental na mídia

A cobertura jornalística do meio ambiente.

Stéphanie Purwin

Rio de Janeiro

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Escola de Comunicação

O discurso ambiental na mídia: A cobertura jornalística do meio ambiente.

Stéphanie Purwin

Monografia apresentada à Escola de
Comunicação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como
pré-requisito à conclusão do curso
de Comunicação Social, habilitação
em Jornalismo

Orientador: Prof. Dr. Mohammed El
Hajji

Rio de Janeiro

2008

O discurso ambiental na mídia

A cobertura jornalística do meio ambiente.

Stéphanie Purwin

Monografia submetida ao corpo docente da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social.

Banca Examinadora:

Professor Mohammed El Hajji – Orientador

Professora Cristina R. Monteiro

Professor Luiz G. Solon

Aprovada em:

Nota:

Rio de Janeiro

2008

PURWIN, Stéphanie.

O discurso ambiental na mídia: A cobertura jornalística do meio ambiente.
Orientador: Mohammed El Hajji. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2008.

— 43p

Projeto Experimental. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. Curso de Comunicação Social. Habilitação em Jornalismo.

1. Meio ambiente 2. Jornalismo 3. Comunicação Ambiental 4.
Comunicação Social – Projeto Experimental. I. HAJJI, Mohammed El (orient). II.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. III. O discurso
ambiental na mídia: A cobertura jornalística do meio ambiente.

À minha Mutti querida.

PURWIN, Stéphanie. O discurso ambiental na mídia: A cobertura jornalística do meio ambiente. Orientador: Professor Mohammed El Hajji. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2008. Monografia (Graduação em Jornalismo).

RESUMO

A história de como o meio ambiente acabou se tornando pauta quase que diária na mídia impressa. As diferentes correntes de discurso que circulam no meio. De que forma as mídias e os profissionais estão abordando o tema em questão e quais são seus principais desafios em uma sociedade na qual o imediatismo fala mais alto que as posturas em longo prazo. Uma análise e comparação entre os veículos da grande mídia e os especializados e de que maneira eles podem contribuir para uma maior conscientização da população em relação às causas ambientais.

SUMÁRIO

1 Introdução	01
2 O surgimento do discurso ambiental no mundo	05
3 Origem e característica das diferentes correntes de discurso	15
4 Conceituação da comunicação ambiental	21
4.1 Os veículos	23
4.2 Os profissionais	27
5 A cobertura ambiental: Grande Mídia versus Mídia especializada	33
5.1 A Revista Os caminhos da Terra	33
5.2 A Revista Época	36
5.3 Os caminhos da Terra versus Época	38
6 Conclusão	41
7 Referências bibliográficas	42

1 Introdução

O meio ambiente se tornou uma variável extremamente significativa com o passar dos anos. Alvo de inúmeras discussões e abordagens, ele vem conquistando aos poucos seu espaço na pauta social vigente. O desmatamento, o acúmulo de lixo, a escassez dos recursos naturais, o aquecimento global, entre outros, estão sendo discutidos diariamente não somente por biólogos e cientistas, mas por professores, alunos, e profissionais da comunicação como um todo.

O que antes era considerado quase um tabu, hoje encontra algumas oportunidades de espaço e negociação. A sociedade vem se conscientizando aos poucos em relação aos assuntos ambientais. Organizações e empresas buscam através de suas campanhas publicitárias provar suas atitudes verdes e ecologicamente corretas para aumentar sua credibilidade perante seus clientes e consumidores. Uma empresa que se coloca hoje como sustentável acaba conquistando sua imagem no setor em que atua.

As atividades de responsabilidade ecológica não são utilizadas apenas como marketing, mas muitos enxergam negócios nas novas formas de preservar o meio ambiente. Visto o mercado de carbono, que não apenas gera acordos bilionários, mas preserva o meio em que vivemos.

Se observados grosso modo, os meios de comunicação vêm trazendo notícias variadas sobre o assunto. As preocupações em torno do meio ambiente são abordadas por diversos ângulos - alguns mais importantes que os outros -, enfatizando que não se trata mais de um tema que deve ser deixado de lado quando se fala do futuro de todas as civilizações do planeta.

Este trabalho vai tratar em sua essência da aparição dos temas relacionados ao meio ambiente na mídia. Como o assunto é abordado pelos diversos profissionais e de que forma podemos encontrar os assuntos ambientais nos veículos de comunicação. A carência de espaço da grande mídia e a falta de reconhecimento perante os veículos especializados quando o assunto é ambientalismo.

O trabalho irá verificar de que forma a mídia observa o meio ambiente e quais são as abordagens que acabam por se apresentar na pauta social. Mostrar que a mídia ainda não tem a maturação necessária na maneira de tratar os tópicos relacionados ao meio ambiente, apontando as problemáticas da formação de um profissional na área.

Evidenciar em que estágio se encontra a grande mídia e a especializada e quais são suas principais diferenças quando o assunto é o meio ambiente. De que maneira a grande mídia aborda o ambientalismo e de forma a mídia ambiental o faz, levando em consideração seus diferentes públicos.

Um dos objetivos específicos do trabalho é mostrar como o meio ambiente se desenvolveu através da história política mundial, passando a se tornar um assunto bastante relevante em encontros e discussões internacionais. De que forma o interesse das pessoas foi aumentando com o passar do tempo e quais foram os fatos históricos principais na construção desse conceito.

O segundo será estudar os meios de abordagem das diferentes correntes de discurso apresentadas sobre o assunto. O que os principais autores relacionados ao meio ambiente têm em comum e quais seriam suas possíveis desavenças.

O terceiro objetivo será verificar a abordagem de uma revista de grande popularidade, destinada a um grande público e considerada de grande porte, e uma mídia especializada no assunto.

O meio ambiente é fundamental para a sobrevivência da sociedade. Cada indivíduo deve criar essa consciência para se tornar mais um representante de sua preservação. Para que o ser humano adquira a noção de quão importante é a causa ambiental, é necessário que ele seja esclarecido e educado para tal. Sendo assim, as instituições de ensino devem ser um dos responsáveis por instaurar tal medida no cotidiano de cada pessoa. No entanto, as coisas não são tão simples quanto parecem. Uma sociedade que viveu décadas e décadas sem se preocupar com a imprudência alheia em relação ao meio ambiente ainda precisa passar por um árduo trabalho de re-conscientização. Para tal, podemos encontrar na mídia uma solução viável e quase que indispensável.

Abordado de forma correta e relevante, o meio ambiente torna-se uma discussão diária na vida das pessoas. A importância de que todos reconheçam o seu papel para a sustentação de gerações futuras é primordial, e a mídia pode alcançar isto. A forma como os meios de comunicação aborda o meio ambiente é fundamental para compreender o que ainda deve e precisa ser feito para alcançar novos objetivos.

Sendo um tema ainda muito delicado, é importante que as pessoas o discutam cada vez mais visando que se torne algo corrente nas mídias e até mesmo nas discussões de bar. Até que o tema passe a ser menos discutido e fique mais explicitado nas ações de cada indivíduo da sociedade como um todo.

O trabalho será realizado a partir de uma revisão bibliográfica do assunto. Entre textos, artigos, livros, sites e revistas será absorvido de tudo um pouco para a sua construção. Além disso, ele irá apresentar uma comparação entre duas revistas que tratam do meio ambiente através de um estudo de caso. A primeira será uma de grande circulação e altamente conceituada dentre as consideradas de grande mídia: a revista Época, e a outra será um veículo especializado no assunto: a revista Os caminhos da Terra.

A composição do trabalho se dará da seguinte maneira: Primeiramente será relatado o surgimento do discurso ambiental no mundo. Os momentos que se tornaram históricos por tratar do assunto pela primeira vez, as diferentes decisões tomadas a seu respeito e as primeiras publicações sobre o assunto. Os diversos caminhos percorridos para que o meio ambiente se tornasse finalmente uma grande discussão nos meios de comunicação como um todo.

Em seguida serão analisadas as diferentes correntes de discurso encontradas na revisão bibliográfica. De que forma os principais autores do assunto se colocam e qual a relevância que isso tem para a sociedade como um todo. Em que ponto essas correntes se assemelham e aonde elas diferem, levando em consideração, principalmente, os pensamentos do biólogo Philippe Pomier Layrargues e do filósofo Félix Guatarri.

Posteriormente será analisado o conceito da Comunicação Ambiental. Em que momento ela surgiu e de que maneira ela deve ser enxergada. Suas atribuições e sua relevância no cenário mediático atual. Serão analisadas as diversas mídias e de que maneira elas abordam os assuntos ambientais, sempre formando um paralelo entre a grande mídia e a mídia especializada, também chamada de mídia ambiental. Além disso, será analisado o papel do profissional do jornalismo quando se trata de matérias e reportagens ambientais. Serão destacados jornalistas do ramo com ênfase especial em André Trigueiro que é hoje considerado um dos maiores jornalistas brasileiros especializados em meio ambiente. Será relatado um pouco de sua trajetória e de que forma ele vem contribuindo para aumentar o espaço do meio ambiente na mídia. Suas opiniões e considerações a respeito do assunto também serão descritas no decorrer do trabalho.

Em seguida será feita uma análise comparativa entre duas revistas que utilizaram o meio ambiente como assunto principal nas suas respectivas edições. Primeiro será feita uma análise minuciosa da edição do dia 31 de março de 2008 (Nº 515) da revista Época da Editora Globo. A edição foi chamada de 'Edição Verde', na qual foram

expostas diversas reportagens sobre o meio ambiente. Em seguida será feito um diagnóstico da edição do mês de março da revista Os caminhos da Terra (Nº 191), considerada a melhor revista ambiental pela maioria dos interessados no assunto. Depois de realizadas as análises, o trabalho irá mostrar uma comparação entre ambas, levando em consideração tópicos como as diferentes abordagens, o estilo das matérias, as campanhas publicitárias nelas encontradas e seus aspectos visuais.

2 O surgimento do discurso ambiental no mundo

Foi graças a uma junção de acontecimentos históricos, que acarretaram mudanças de paradigmas sociais, econômicos e políticos a partir de, notadamente, a década de 60, que o mundo debruçou-se, finalmente, sobre a questão ambiental. Esse processo de abertura de pesquisa, diálogo e, mais para frente, tomadas de decisões voltadas ao tema meio ambiente se deu de forma extremamente gradual e foi marcado pela lógica social vigente nos países de onde primeiro surge esta preocupação intelectual.

Esta afirmação – a de que a discussão ambiental nasceu baseada em uma determinada lógica – e o entendimento de como esta influenciou e determinou os rumos deste processo, são necessários para a compreensão completa das dimensões deste discurso, seja ele no meio científico e acadêmico, como na mídia.

É sob o impacto da Revolução Industrial, a partir do século XIX, que sociedades européias começam lentamente a se questionar a respeito de uma série de efeitos da poluição e da degradação da natureza na vida da população urbana. Esses questionamentos, no entanto, não renderam nenhum tipo de reflexão ou posicionamento por parte dos países que estavam se beneficiando desta revolução.

Somente no século seguinte, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, o assunto ganha consideração, em reflexões motivadas principalmente pelo reconhecimento de que os avanços científicos poderiam trazer malefícios ao meio ambiente.

A consciência de que fabulosos progressos científicos podem causar dano em escala planetária tornou-se mais viva após a Segunda Guerra Mundial, tanto em razão da inovação trazida pela bomba atômica, dispositivo capaz de efetivamente extinguir a existência no planeta, quanto pela verificação de que avanços técnicos e científicos traziam consequências negativas indisputáveis: a erosão dos solos, a destruição de habitats naturais, a degradação dos oceanos e das florestas tropicais, a devastação urbana. (DUARTE, 2004, p.4).

Os problemas ecológicos decorrentes do desenvolvimento e dos usos de aprimorados produtos químicos e armamentos eram notados não só no campo e no meio agrícola, como também nas cidades, já tão castigadas pelos excessos promovidos pela industrialização. Altos índices de poluição do ar, dos rios e destruições progressivas das florestas podem ser citados como alarmes ambientais que começavam a serem percebidos pela população.

Na década de 1950, Londres e outras cidades européias apresentavam índices de poluição que provocavam graves doenças na população e a contaminação hídrica na Europa atingia níveis alarmantes. (IDEM, p.5).

Por outro lado, foi também através da ciência e dos novos conhecimentos adquiridos nesta época, que passou a ser possível detectar e monitorar os diferentes focos de degradação ambiental nas cidades. Computadores que na época poderiam ser chamados de modernos detectavam focos e eram capazes de elaborar modelos cruzando dados referentes à industrialização, ao crescimento econômico dos países, ao aumento populacional e à diminuição dos recursos naturais disponíveis.

Em 1962, a bióloga americana Rachel Carson denuncia o uso dos fertilizantes DDT, pesticida desenvolvido a partir da Segunda Guerra Mundial com o intuito de combater a malária e o tifo. No livro *A Primavera Silenciosa*, a autora desafia as práticas dos agricultores e a política de uso do pesticida, produto químico que traz comprovados malefícios ao meio ambiente e ao homem, entre eles, a possibilidade de severas intoxicações.

O livro de Carson causa polêmica e é atacado tanto pelos fabricantes da poderosa indústria química americana, como pelo próprio governo, que a tacha de alarmista por defender que seres humanos estariam sujeitos aos mesmos danos causados ao meio ambiente, caso não ocorresse uma mudança no seio da ideologia capitalista e industrial. A autora morre prematuramente, porém seu trabalho é considerado como o início da discussão internacional sobre meio ambiente.

Em *Primavera Silenciosa* (1962), ela desafiou as práticas da ciência agrícola e do governo e clamou por uma mudança na maneira como a humanidade via o mundo natural.¹ (LEAR, 2000).

É também neste contexto que surge um personagem que viria a impulsionar os diálogos envolvendo estas percepções preliminares de degradação: o italiano Aurélio Peccei, executivo *top* da Fiat e Olivetti e diretor da Italconsult, empresa de consultoria econômica para países em desenvolvimento.

Com uma biografia que envolve luta política, gestão bem sucedida de empresas e uma série de reflexões a respeito da humanidade e sua relação com o ambiente, ele

1 Tradução: In *Silent Spring* (1962) she challenged the practices of agricultural scientists and the government, and called for a change in the way humankind viewed the natural world

será um dos co-fundadores do Clube de Roma, explicado abaixo. A respeito de Peccei, Eleonora Barbieri Masini, membro atual do Clube, escreve:

Podemos perceber um estágio inicial de desenvolvimento, centrado em sua habilidade como empresário e no seu conhecimento da economia global. O primeiro estágio, no entanto, é sobreposto por um segundo estágio, em que sua capacidade de circular além das empresas, países, ou mesmo continentes e entender a relação entre os diferentes fenômenos têm um papel fundamental.² (MASINI, 2004, p.5).

A partir de 1966, Peccei manifesta interesse por reunir suas idéias e reflexões e buscar soluções para uma série de impasses ambientais e sociais que ele conseguia distinguir a longo e curto prazo. O primeiro esboço desses pensamentos é lançado em 1969, no livro *The Chasm Ahead*. Porém, antes mesmo do livro, ainda em 1968, o empresário italiano reúne-se com proeminentes cientistas, industriais e políticos que também, cada um em sua área, estavam focados no mesmo assunto.

Esse grupo, que agregava em torno de 30 intelectuais, foi chamado de Clube de Roma. Alguns encontros foram organizados com o intuito de elaborar projetos imediatos de ação. Não demorou muito até que uma instituição mais poderosa, no caso o Massachusetts Institute of Technology (MIT), adotasse o projeto do grupo.

O Clube de Roma deve ser pequeno, com não mais de 100 membros. Não deve ter muito financiamento para preservar sua independência. Deve ser apolítico, porém transcultural (em termos de disciplinas e culturas) e, finalmente, ele deve ser informal.³ (IDEM, p.8).

Algumas definições desenhadas por Peccei nortearam as bases do pensamento do Clube de Roma. Diziam, em primeiro lugar, a humanidade e o meio ambiente fazem parte do mesmo sistema macro; tal sistema encontra-se em risco proeminente de degradação ou até mesmo colapso; com o intuito de evitar um grande desastre, é preciso o desenvolvimento de um novo planejamento global e, por fim, este planejamento e ação são responsabilidades de todos os grupos de indivíduos que tiverem a capacidade para os fazerem.

2 Tradução: One can see a first, or initial, stage of development, which is centered on his ability as an entrepreneur and his knowledge of the global economy. This first stage, however, is overtaken by a second stage, where his capacity of ranging beyond a given enterprise, country, or even a continent, and to understand the linkages between disparate phenomena, plays a fundamental role.

3 Tradução: The Club of Rome should be small, with not more than 100 members; it should not have much funding, to preserve its independence; it should be apolitical, but transcultural (in terms of disciplines and cultures); and, finally, it should be informal.

Já naquela época, tais assertivas tinham como pano de fundo certezas a respeito de desastres que, apenas muitos anos depois, ganharam a atenção da mídia. Peccei e seus companheiros mencionavam em seus estudos, o problema das mudanças climáticas, da desertificação dos solos, da degradação do ambiente marinho e da devastação de florestas na área do Mediterrâneo.

Pouco tempo depois, em aliança com especialistas do MIT, surge o primeiro relatório de impacto ambiental mundialmente reconhecido. O documento recebeu o nome de *The Limits to Growth*, em português, Os Limites para o Crescimento. Sua proposta de crescimento zero influenciou de maneira decisiva o diálogo durante a grande primeira conferência mundial sobre meio ambiente – a Conferência de Estocolmo, em 1972.

O documento investigava o que chamou de as cinco principais preocupações globais: a industrialização acelerada, o rápido aumento populacional, a escassez de alimentos, a degradação dos recursos não-renováveis e a deteriorização do meio ambiente. Um prazo de cem anos para que alcançássemos os limites de crescimento neste planeta, caso estas tendências continuassem imutáveis, era a previsão do estudo.

O relatório afirmava ainda que um estado de equilíbrio global seria possivelmente atingido, porém mediante uma mudança ideológica, que garantisse que cada ser humano na Terra supriria somente suas necessidades básicas de consumo.

O estado de equilíbrio global pode ser planejado de forma a que cada pessoa satisfaça suas necessidades básicas e todos tenham oportunidades iguais de aproveitar seu potencial humano individual.⁴ (MEADOWS;MEADOWS; RANDERS, 1992, p.2).

A proposta, que remetia imediatamente à necessidade de se reduzir drasticamente o crescimento econômico e a industrialização, foi alvo de protestos e contestações em diferentes esferas do poder político e econômico, na medida em que proliferam os discursos apocalípticos, que previam inúmeras possibilidades de extinção da vida na terra.

O contexto do mundo da Guerra Fria, que vivenciava a descolonização dos países afro-asiáticos e a ênfase no desenvolvimento, a própria ideologia da modernização era objeto de barganha política nas relações entre as superpotências e os países do Terceiro Mundo. (DUARTE, 2004, p.6).

4 Tradução: The state of global equilibrium could be designed so that the basic material needs of each person on earth are satisfied and each person has an equal opportunity to realize his individual human potential.

O sacrifício preconizado, dizia-se, recairia sobre os países menos desenvolvidos, que experimentavam o progresso e o crescimento tardiamente. Discursos inflamados por parte de membros da comunidade científica do terceiro mundo acusavam seus pares nos países ocidentais de camuflar, através de uma retórica ambientalista, o desejo de congelar as possibilidades desenvolvimentistas das nações pobres.

Em paralelo, neste fim da década de 60, desenvolvia-se, principalmente nos Estados Unidos, um novo paradigma ideológico, que reunia no movimento hippie contestações contra a sociedade de consumo, as guerras, as repressões, e pregava, através da lógica da não-violência, da vida em comunidade e do desprezo aos bens-materiais, conseqüentemente, algo próximo do que buscavam os pensadores do Clube de Roma.

[...] cresciam as lutas por direitos civis e políticos contra a segregação e pelos direitos das minorias e pelo fim da guerra no Vietnã. O movimento da contracultura, que se disseminava velozmente, preconizava a interação com a natureza e rejeição aos padrões materialistas de produção e consumo ocidentais. (IDEM).

Este antagonismo de forças – e um lado os que viam no incipiente discurso ambiental uma ferramenta de manipulação do crescimento econômico dos países em desenvolvimento e de outro aqueles que reivindicavam o surgimento de uma nova lógica global, foi propício para se criar a demanda por conferências internacionais, capazes de colocar em discussão estas diferentes visões. Em 1972, 113 países estavam representados em uma grande reunião na Suécia - a Conferência de Estocolmo. O encontro promovido pela Organização das Nações Unidas ficou marcado com a célebre frase do professor Mostafá K. Tolba, chefe da Delegação do Egito na ocasião: “...que inspire nos homens o desejo de viver em harmonia uns com os outros e com o seu meio ambiente.”.

Além das definições do documento Os Limites para o Crescimento, produzido pelo Clube de Roma, que serviram como parâmetro para as discussões, a Conferência teve também outro texto base, denominado *Only one earth: the care and maintenance of a small planet*, elaborado pela economista britânica Bárbara Ward e pelo cientista franco- americano René Dubos. Ambos os relatórios apontavam para questões comuns, principalmente as que diziam respeito ao controle populacional e à necessidade de redução do crescimento econômico.

Essa defesa convicta da chamada teoria do crescimento zero produziu efeitos de revolta e posicionou a problemática ambiental em um local de disputa e contestação. Como resultado disso, ao fim da conferência, foram incluídos na declaração, capítulos que afirmavam a importância de se resguardar a soberania dos países sobre seus territórios e os recursos naturais e da liberdade de alcançar o desenvolvimento.

Esse aparente retrocesso, no entanto, veio acompanhado de uma intensa discussão acerca do aprofundamento das distâncias entre países desenvolvidos e em desenvolvimentos e gerou, de alguma forma, questionamentos sobre os modelos de crescimento adotados até então.

Foi no campo da criação e do fortalecimento das instituições, no entanto, que a Conferência de Estocolmo imprimiu sua maior contribuição.

Nos anos que se seguiram à Conferência de Estocolmo, muitos Estados procuraram adequar suas instituições e legislações aos princípios e recomendações acordados em 1972. Com isso, foram criados agências e ministérios do meio ambiente que desempenham hoje forte papel na diplomacia ambiental global. (DUARTE, 2004, p.7).

Os conferencistas produziram, na época, uma Declaração de Princípios e um Plano de Ação que envolvia seis áreas de atuação: desenvolvimento, educação, habitats humanos, poluição, administração de recursos naturais e organizações internacionais. Para tanto, foi pensada a criação de organismos internacionais que atuassem em favor de tais metas. Neste contexto surge o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

O órgão nasce com a tarefa de coordenar as atividades das demais agências da ONU pertinentes ao assunto, facilitar as negociações ambientais, ajudar no aprimoramento da capacidade institucional dos países, e auxiliar na formação de um consenso científico sobre problemas e possíveis soluções. Com sua sede no Quênia, o Programa possui seis outros escritórios regionais como parte de sua política de descentralização, incluindo um no Brasil que foi inaugurado em 2004.

Além do PNUMA, foram criadas na época também agências de monitoramento global, para atuarem em projetos e políticas que visassem a redução da camada de ozônio e a degradação marítima, por exemplo. Finalmente, as organizações não-governamentais, que já possuíam atuação relevante durante a Conferência, expandem-se em número, atividades e eficácia nos anos subseqüentes à Estocolmo.

A posição do Brasil durante o evento é marcante no sentido de compreendermos como se baseava a lógica dos países em desenvolvimento frente a essa nova postura de crescimento e exploração de recursos proposta pelos cientistas. O governo brasileiro liderou uma frente que incluía 77 países (eram 113 no total) contrária às propostas da conferência. A postura era de resistência ao reconhecimento da importância da problemática ambiental e de negação do problema da explosão demográfica.

A visão destes países na época era a de que os problemas ambientais tinham sua origem na pobreza, que era a principal fonte de poluição. Dispor de mais alimentos, habitação, assistência médica, emprego e condições sanitárias combateria diretamente este problema e, portanto, eram ações prioritárias, antes de pensar-se em reduzir a poluição da atmosfera.

Tal hostilidade precisa ser entendida sob a ótica de que, apesar de os países subdesenvolvidos concentrarem a maior parte da população mundial e apresentarem ainda as maiores taxas de natalidade, o esgotamento dos recursos naturais devia-se graças ao excesso de produção e consumo das nações industrializadas. A filosofia do crescimento zero tornava-se inaceitável, na medida em que 2/3 da população mundial estava assolada por pobreza, má nutrição, enfermidades e desabrigo.

Durante as duas décadas de regime autoritário-militar, governo e oposição coincidiam na necessidade do crescimento econômico acelerado. As críticas de oposição focalizavam nos custos sociais do crescimento, no seu caráter concentrador da renda, sem fazer quase referência a seu brutal custo ecológico. (VIOLA, 1987).

A ideologia contrária, adotada largamente pelo governo brasileiro durante o período de regime militar, era a do crescimento acelerado e predatório. Durante a presidência de Médici, por exemplo, chegou-se a anunciar nos jornais e revistas de países desenvolvidos, o convite às indústrias poluidoras para que se transferissem para o Brasil, onde não haveria necessidade de nenhum gasto em equipamento antipolvente.

A delegação brasileira na Conferência Internacional do Meio Ambiente (Estocolmo, 1972) argumentava que as preocupações com a defesa ambiental mascaravam interesses imperialistas que queriam bloquear o ascenso dos países em desenvolvimento. (IDEM).

Após este período de abordagens preliminares do assunto, os próprios acontecimentos históricos se encarregaram de dar força ao discurso e ressaltar a importância do assunto. No início da década de 80, surgem as primeiras indicações do

fenômeno do buraco na camada de ozônio e, concomitantemente, começam a ser divulgadas ao público pesquisas que comprovam que o efeito estufa, que existe em condições naturais, vinha sendo exacerbado pela ação humana.

Pesquisadores britânicos faziam as primeiras medições relativas ao tamanho do buraco na camada de ozônio, levando a ONU a tomar mais uma atitude em prol do meio ambiente. A *World Charter of Nature* (Carta Mundial da Natureza) chamava a atenção para os diversos ecossistemas do planeta:

- A viabilidade genética da Terra não deve ser comprometida; os níveis populacionais de todas as formas de vida, silvestres e domesticadas, devem ser ao menos suficiente para a sua sobrevivência e, com essa finalidade, os habitats necessários devem ser projetados.
- Todas as área do planeta, tanto terrestres quanto marítimas, devem estar sujeitas a esses princípios de conservação; uma proteção especial deve ser dada as áreas singulares, a amostras representativas de todos os diferentes tipos de ecossistema e ao habitat de espécies raras e ameaçadas de extinção.
- Os ecossistemas e organismos, assim como os recursos terrestres, marinhos e atmosféricos usados pelo homem, devem ser manejados de forma a alcançar e manter uma produtividade sustentável e em condições favoráveis, desde que não comprometam a integridade dos outros ecossistemas ou espécies com os quais coexistem. A natureza deve ser protegida da degradação causada por guerras e outras atividades hostis.

Fonte: ONU, Resolução n. 37/7, de 28.10.1986.

Seguiram-se verões de intenso calor no hemisfério norte nos anos de 1988-89, levando inclusive a óbitos. Em 1986, o vazamento da indústria química de Bhopal, na Índia, e o acidente com a usina russa de Chernobyl, deixam nefastas conseqüências sentidas até hoje e evidenciam a falta de transparência e a carência de recursos e de preparo dos governos para lidar com graves acidentes ambientais.

Questões como a dos rejeitos tóxicos, das queimadas na Amazônia e das chuvas ácidas mobilizavam a opinião pública e indicavam o caráter transfronteiriço dos problemas ambientais. Não faltaram críticas aos organismos internacionais para que buscassem entendimentos comuns entre líderes e organizações não-governamentais.

Com a necessidade de realização de uma nova conferência, em 1983, as Nações Unidas convocaram uma comissão de especialistas, presidida pela norueguesa Gro Harlem Brundtland, para discutir e propor novos rumos para a gestão ambiental no mundo. Três anos mais tarde, a comissão produz o documento intitulado *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como *Relatório Brundtland*, referência nas discussões ambientais até hoje. Nele foi cunhada pela primeira vez a expressão desenvolvimento sustentável.

O aumento das emissões de gases do efeito estufa e sua conseqüente influência no aquecimento global, o crescimento do número de espécies ameaçadas de extinção, a devastação das florestas e a desertificação ganharam a mídia e tornaram-se temas de preocupação internacional. Na esteira da criação do Relatório Brundtland, que postulou um ordenamento racional dos recursos naturais em benefício das gerações futuras, foi acordada a necessidade de se convocar nova conferência internacional. Em 1992 o Rio de Janeiro recebe praticamente todos os chefes de Estado e de governo então em exercício.

A Eco-92 foi a mais importante conferência internacional sobre meio ambiente já realizada. Nela foram assinados três importantes documentos ambientais globais, entre eles a Agenda 21. Esta definiria mais concretamente o conceito de desenvolvimento sustentável, assegurando que a sustentabilidade social, econômica e ambiental poderia ser alcançada através de um esforço perante todas as partes da sociedade e o alinhamento das mesmas rumo a um único objetivo. Outro importante documento assinado por 154 países, a Convenção sobre Mudança do Clima, dizia respeito à redução de emissão de gases do efeito estufa na atmosfera. A partir daí, os países desenvolvidos realizaram estudos e produziram relatórios específicos sobre suas emissões.

Em 1997, finalmente, é estabelecido o Protocolo de Kioto que prevê uma redução de 5% nas emissões globais de gás carbônico por parte dos países desenvolvidos. Hoje o acordo contempla 170 países, inclusive nações como Brasil, Índia e China.

Entre os países desenvolvidos, os EUA – o maior emissor de gás carbônico do mundo – se recusou a assinar o acordo, temendo o aumento dos gastos anuais com energia para uma família americana, o que dificultou o cumprimento do protocolo como um todo.

O artigo 25 do protocolo prevê que ele só pode entrar em vigor se o bloco dos desenvolvidos, representando um mínimo de 55% do total das emissões globais, fizerem sua adesão formal. A dificuldade é que apenas os EUA e a Rússia representam 53,5% do total das emissões, estimado agora em 7,7 bilhões de toneladas de gás carbônico. (CARVALHO; GUIMARÃES; SCOTTO, 2007, p.46).

Em 2002 seria realizada a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+10 em Johannesburgo, na África do Sul. Uma tentativa da ONU de reavaliar e implementar as conclusões e diretrizes obtidas na Rio-92, em especial de avançar nas

discussões e obter metas mais ambiciosas, específicas e bem definidas para alguns dos principais problemas ambientais de ordem global, entre os quais os relacionados às mudanças climáticas, ao crescimento da pobreza e de seus efeitos sobre os recursos ambientais, à escassez de recursos hídricos e de condições sanitárias mínimas em algumas áreas do Planeta, as pressões sobre os recursos pesqueiros, à conservação da biodiversidade e o uso racional dos recursos naturais, inclusive das diversas fontes de energia.

Apesar de contar com a presença de 189 países, e de cientificamente, haver uma clara delimitação dos problemas ambientais globais, a Conferência frustrou, em grande parte, as expectativas construídas ao seu redor, já que terminou com poucos avanços. No documento final da Rio+10 há muitas declarações vagas, sem o estabelecimento de meios para cobrar a implementação das medidas aprovadas. Das prioridades colocadas em discussão - água e saneamento, energia, saúde, agricultura e diversidade -, apenas duas foram efetivamente sancionadas. Estabeleceu-se como meta reduzir pela metade, até 2015, a quantidade de pessoas sem acesso a saneamento, equivalente hoje a cerca de 40% da população mundial. Sobre a biodiversidade, foi decidido que serão instituídos mecanismos para reduzir ou evitar a extinção de peixes e recuperar os estoques pesqueiros internacionais a níveis sustentáveis até 2015.

O encontro de Johannesburgo foi concluído com a sensação de que o chamado desenvolvimento sustentável é uma tarefa grande e cara demais, pelo menos para o estágio atual do progresso humano. Os países industrializados não vão bancar os projetos de longo alcance e os países pobres, nem que o quisessem, teriam como fazê-lo. (PEREIRA, 2002)

As constantes discussões em torno do movimento socioambientalista acabaram gerando, ainda que não de forma completamente satisfatória, esforços orientados para a sustentabilidade do planeta, dos países e das comunidades locais. Esta quarta década de discussão vem se refletindo cada vez mais na consciência individual de cada um, das empresas, dos governos e dos meios de comunicação. Estamos cada vez mais marcados por uma fundamental motivação de diversas partes para a reversão do processo de esgotamento dos recursos naturais e por uma busca de soluções sustentáveis.

3 Origem e característica das diferentes correntes do discurso

Ao contrário do que ocorreu na origem do ambientalismo, o objeto de escolha do pensamento ecológico atualmente não se situa mais entre desenvolvimento ou proteção do meio ambiente”. A escolha se coloca precisamente entre que tipo de desenvolvimento se deseja implementar de agora em diante. (LAYRARGUES, 1997).

Esta nova visão abordada pelo biólogo Philippe Pomier Layrargues, diz respeito ao fato de que dois pólos antes vistos como antagônicos – desenvolvimento econômico e geração de riqueza e proteção ao meio ambiente, hoje precisam estar unidos e caminhar juntos. Esta é a raiz da idéia de desenvolvimento sustentável.

Para Layrargues, no entanto, existe uma escolha de estilos de desenvolvimento sustentável que está em jogo ser analisada, assim como há uma falência no sistema colocado, que embute uma falsa noção de proteção. Sendo assim, o discurso ambientalista, seja ele falacioso ou ingênuo, peca por não atingir a verdadeira raiz do problema.

A origem de tal problema está na lógica utilizada para se avaliar o crescimento das sociedades humanas. Partindo-se do pressuposto de que o desenvolvimento se dá na forma de estágios, ou níveis, criou-se uma percepção de que haveriam hierarquias dentro deste sistema. Cria-se a premissa de que há estágios evolutivos inferiores e outros, conseqüentemente, superiores.

Com o desenvolvimento feroz das sociedades capitalistas industrializadas, logo foi possível perceber quais países ocupariam vaga nas esferas superiores deste jogo desenvolvimentista. É por meio da imposição de seus costumes, sua lógica e sua estética, que a civilização ocidental de consumo apropria-se do lugar de modelo de alcance para todos os outros países.

As diferenças culturais existentes entre os países não seriam devido às variadas formas de se apropriar e interagir com o ambiente, mas sim uma conseqüência dos retardamentos em relação à modernização, entendida como sinônimo de evolução. (IDEM).

Organismos internacionais como a ONU e o Banco Mundial adotam a postura de mediadores deste conflito ideológico e assumem como certas as nomenclaturas que separam os diferentes níveis hierárquicos dos países. Surgem expressões como

“primeiro mundo”, o que pressupõe necessariamente a existência de “mundos” inferiores.

O aumento no padrão de vida da população é associado imediatamente com o consumo de bens e com o processo de crescimento industrial. A miséria se instaura nos países de terceiro mundo, à medida que crescem as dívidas dos mesmos com os países desenvolvidos. Os problemas sociais, logicamente, não são sanados. Porém, a espiral capitalista já está intrinsecamente embutida no ideário da vida dos países periféricos.

A padronização de bens, de comportamentos, de necessidades e, conseqüentemente, de produção e extração de recursos, pode ter apenas um resultado comum: a exaustão das vias e das matérias primas que permitem a continuidade deste ciclo de atividades.

Para que os países em desenvolvimento alcancem o tão sonhado estágio dos países desenvolvidos, pelo qual, diga-se de passagem, são devidamente cobrados, é preciso que haja mais espaço, mais terra, mais água, mais petróleo, enfim, maior abundância de recursos naturais a serem explorados. Enquanto o discurso ambiental navega pela corrente da moderação, a lógica capitalista escorrega por outro viés.

Félix Guatarri faz uma análise desta problemática em seu livro “As três ecologias”. Para o filósofo, está na subjetividade humana, em sua psique e nas suas relações com o meio externo, o cerne da incapacidade do homem em resolver as questões ambientais. O empobrecimento das relações humanas como um todo, refletido nas esferas familiares, amorosas e sociais, transparece as perturbações a que o planeta está submetido.

É a relação da subjetividade com sua exterioridade – seja ela social, animal, vegetal, cósmica – que se encontra assim comprometida numa espécie de movimento geral de implosão e infantilização regressiva. (GUATARRI, 1989, p.8).

Para os políticos e administradores do poder, a problemática ambiental apenas resvala danos industriais e ganha importância e visibilidade somente nos momentos de catástrofes. No campo das relações sociais ela é enfraquecida pela lógica capitalista e na esfera da subjetividade humana, por um crescente desequilíbrio psíquico. Torna-se necessário, segundo a visão do filósofo, a implementação de uma lógica completamente nova, que una as três esferas mencionadas.

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. (IDEM, p.9).

A rapidez das evoluções técnico-científicas apresentam novas questões e modificações nas instâncias do trabalho. A substituição gradativa da mão de obra humana por máquinas gera uma força de potencial humana pouco aproveitada. O desemprego e a marginalidade viram caldeirão propício para inquietações modernas: solidão, ociosidade, angústia e neurose.

Abre-se espaço, assim, não só para uma perversidade emocional no que tange as reações humanas inconscientes, como também se aprofunda o buraco da subjetividade coletiva. Proliferam fenômenos que podem ser classificados como verdadeiras patologias sociais, como os integremos religiosos e as gangues violentas, assim como propagam-se os mais diferentes tipos de grupos de apoio voltados para sanar carências primitivas ou complexas derivadas desses males modernos.

Fica instaurado um paradoxo – de um lado as possibilidades que se abrem com os incrementos científicos, inclusive no que diz respeito à resolução de problemas ambientais, e, de outro, o aprofundamento da incapacidade humana em sanar seus próprios dramas subjetivos e, assim sendo, se apropriar dos meios corretos de atuação perante o problema ambiental.

Este fato fica bem explicitado também nas teorias do sociólogo Anthony Giddens. Ele frisa que, após o surgimento do capitalismo, a terra ganha uma nova dimensão. Passa a ser não a sua posse efetiva, mas a possibilidade de usufruto produtivo da mesma, que é elevado ao status de valor. São as fábricas, indústrias e empresas e a detenção do saber tecnológico os principais índices deste novo mercado.

Porém – e aí as reflexões de Guatarri e Giddens se entrecruzam – os chamados (por Giddens) recursos alocativos (ou propriedades estruturais), ou seja, aqueles que, sejam eles naturais ou não, são usados para a produção, só existem se considerados em relação ao contexto da interação social. A idéia mestra é a de que é a ação humana que rege as relações produtivas e, por sua vez, é a sociedade que exerce influência repressora sobre tal ação humana.

Em visões mais radicais, tais coerções ocorreriam sem consciência dos próprios indivíduos. Uma razão de autores encontrarem em correntes teóricas, como as teorias sistêmicas, um modo de ecologizar as ciências sociais nasce, em certa medida, por esta razão. Sistemas e estruturas estão associados com a imagem de que a sociedade de algum modo "coage" a ação

humana de tal forma que a decisão ou vontade do agente nada ou pouco pode fazer para impedir tal processo. (LENZI, 2008).

Para Giddens, também o meio ambiente é um recurso alocativo – ele só existe como meio e resultado da ação humana. Tal tese desmistifica a teoria da natureza intocada, que pré-existe à vida humana na terra e, como tal, seria o objeto central das práticas de proteção. A única diferença entre sociedade e meio ambiente, seria o fato do segundo não ter sido uma invenção do homem.

O enraizamento do processo de industrialização na subjetividade humana opera nos níveis de percepção de nossa própria realidade. O enfraquecimento das bases de atuação tradicionais – como exemplo, da relação dos antigos camponeses com a terra e com os meios de subsistência – leva a um rompimento no elo da relação entre o homem e o meio ambiente.

Por outro lado, ressalta Giddens, todo este processo industrial permite a criação de sistemas, os quais ele denomina sistemas peritos, que são as áreas de excelência técnica e científica capazes de operar no sentido de uma mudança no paradigma ecológico.

Esta afirmação nos faz retornar ao paradoxo colocado inicialmente pelo sociólogo e também explorado na pesquisa de Guatarri: se é a ação humana que, em última instância, opera e interage com tais sistemas peritos, com que lógica devemos abordar tal problemática, se não com uma preocupação central na questão da subjetividade do homem contemporâneo?

Trata-se, a cada vez, de se debruçar sobre o que poderiam ser os dispositivos de produção de subjetividade, indo no sentido de uma usinagem pela mídia, sinônimo de desolação e desespero. (GUATARRI, 1989, p.15).

Não é possível mais se pensar a interação do homem com a natureza desvinculando tal ação das práticas culturais, das novas ambições familiares e profissionais, das diferentes correntes do pensamento ético e, logicamente, dos interesses políticos e econômicos. Entram nesta avaliação, mediadores de subjetividade como a mídia.

Tanto quanto algas mutantes e monstruosas invadem as águas de Veneza, as telas de televisão estão saturadas de uma população de imagens e de enunciados “degenerados”. (IDEM).

A televisão pode ser analisada como um eficiente espelho das escolhas de entretenimento feitas pela população em geral. Através de tais escolhas, intuímos sem maior necessidade de explicação, que se cria ambiente profícuo para o incremento do individualismo, para a alienação, para erros de caráter ético e moral e para a disseminação de uma lógica de excessos extremamente prejudicial a qualquer discurso ambiental.

Guatarri vai além e delimita diferentes esferas de criação de subjetividade pelas potências hegemônicas. A primeira diz respeito à massa assalariada, a segunda, ao povo, que ele chama de “não-garantidos” e a terceira, à elite dirigente. Tal psicologia de massa é o objeto primordial da mídia, que é responsável por perpetuar toda uma cadeia identificatória.

Enquanto cria-se um hiato proposital entre as diferentes esferas citadas acima – e aqui, novamente, podemos traçar um paralelo entre este mesmo hiato postulado nas nomenclaturas primeiro e terceiro mundo – encontramos, do lado das classes sujeitadas, uma crescente desvirtuação, um abandono, uma perda de esperança e uma frustração que resultam, mais uma vez, em uma repulsa por vínculos efetivos com o ambiente em comum.

Entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, temos o sistema de valoração capitalista como sendo o ponto em comum. No caso dos segundos, a agravante se dá ainda por meio de uma subjetividade que, como Guatarri assinala, por vezes identifica-se com a medieval, como no exemplo do tratamento dado a mulheres e às minorias raciais.

O maquinário subjetivo que visa o lucro financeiro como fim único das atividades humanas gera uma espécie de equivalência geral, que, por sua vez, está voltada exclusivamente para a o âmbito do individual e do singular. Fica suprimido, dessa forma, a noção do proveito que, ao não ser de nenhum indivíduo ou grupo em particular, destina-se a todo o conjunto da humanidade.

No atual estado do desenvolvimento tecnológico, considerando suas implicações ambientais, o padrão de consumo do Primeiro Mundo definitivamente é insustentável e não-generalizável ao conjunto da humanidade. (LAYRARGUES, 1997).

No sentido de se pensar uma nova estruturação deste cenário, faz-se necessário falar de promoção de novos valores de vida, de consciência e de desejos. É preciso que

haja efetivas mudanças no bojo da sociedade como um todo, seja nas esferas política, econômica, social e, principalmente, subjetiva da vida humana. Cristiano Lenzi, ao analisar a obra de Anthony Giddens, sublinha:

Giddens associa as questões envolvendo a proteção ambiental com aquelas relativas à identidade pessoal. A degradação ambiental possuiria um signo positivo na medida em que ela parece sugerir que os cuidados com o corpo e com o self, tanto podem como dever ser mesclados com programas de renovação ambiental. (LENZI, 2008).

Guatarri e Giddens, neste sentido, associam diretamente a política ecológica a uma espécie de política de vida. Nela estariam inclusos os estilos, as correntes de pensamento, as atitudes, as escolhas sociais e uma série de parâmetros que definiriam o sujeito em sua identidade na modernidade. Destes sistemas de valoração, que precisam necessariamente ser revistos, caso haja interesse em alcançar alguma melhoria significativa, surgiria à nova proposta ambiental.

O mecanismo cujo funcionamento é dependente da lógica do mercado sequer foi abalado, ou melhor, saiu até mais fortalecido. O desenvolvimento sustentável assume claramente a postura de um projeto ecológico neoliberal, que sob o signo da reforma, produz a ilusão de vivermos um tempo de mudanças, na aparente certeza de se tratar de um processo gradual que desembocará na sustentabilidade socioambiental. (LAYRARGUES, 1997).

Ao denunciar que a aparente mudança de rumo desta nova proposta resume-se à manutenção de uma mesma rota de ações continuadas e mascaradas sob o argumento do desenvolvimento sustentável, Layrargues também corrobora com a tese de que é impossível se pensar em uma nova ordem mundial deste discurso ambiental, dissociada da criação de novos universos referenciais e diferentes subjetividades.

Como um resumo da visão de todos os autores mencionados, fica explícito a relação traçada entre modos de existência solidários, abertos, articulados com uma nova corrente de subjetividade engajada no coletivo, com novas percepções do corpo, do desejo, da vida e da morte inseridas em um contexto global e vistas como parte integrantes de uma mesma realidade e a possibilidade de uma nova política ambiental efetiva.

4 Conceituação da Comunicação Ambiental

Foram necessárias décadas para que a relevância do meio ambiente fosse reconhecida. No entanto, a crescente preocupação e reconhecimento de algumas partes da população perante o campo em questão levou a mídia a abordá-lo quase que diariamente. Estampados em quase todas as editorias, os problemas ambientais vem recebendo o destaque de uns tempos para cá. Seja em revistas, jornais, mídias eletrônicas ou em forma de publicidade e propaganda, expressões como “responsabilidade sócio-ambiental”, “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” são encontradas em abundância.

Percebe-se, assim, a necessidade de criação de um novo modelo de comunicação que consiga expressar de forma coesa e esclarecedora a importância do meio ambiente no cotidiano não somente para cientistas e entendedores do assunto, mas para cidadãos leigos e comuns. Surge, portanto, a Comunicação Ambiental.

Criada, em sua essência, com o propósito de se formar uma ligação e, conseqüentemente, uma relação entre o ser humano e a natureza, a Comunicação Ambiental visa o início de uma nova fase, na qual será construído o respeito entre o homem e o meio que o cerca.

Em sua esfera acadêmica ela deve estudar as causas e efeitos das interações do homem na natureza. Esclarecendo jargões e expressões desconhecidas pela maioria da população e adequando suas conclusões no contexto ambiental. Deve apontar soluções, ou possíveis soluções, despertando em seu público a curiosidade e vontade de conhecer mais sobre o assunto. Gerar questionamento e consciência da sociedade perante as questões ambientais que perseguem o homem há tantos anos.

O especialista Robert Cox propõe quatro princípios para a Comunicação Ambiental:

1. A Comunicação Ambiental procura desenvolver a habilidade da sociedade de responder apropriadamente às mensagens ambientais relevantes ao bem estar tanto da civilização humana quanto dos sistemas naturais biológicos.
2. Socialmente, as representações do meio ambiente, incluindo informação governamental, sistemas de aconselhamento científico e processos de decisão deveriam ser transparentes e acessíveis para membros do público. Com relação a isso, aqueles afetados pelas ameaças à qualidade do meio ambiente devem ter recursos e

possibilidade de participar de decisões que afetam suas comunidades individuais, saúde e bem estar.

3. Oportunidades e capacidades de estudos individuais ou de sociedade compartilham experiências e interagem com o mundo natural e, para envolver a comunicação de outros relativa a essas experiências, são essencialmente boas e deveriam ser cultivadas.

4. Estudantes, professores e praticantes têm o dever de educar, questionar e avaliar criticamente, senão falar em fóruns apropriados, quando representações sociais/simbólicas de “meio ambiente”, ou outras práticas de comunicação são restringidas ou subordinadas por políticas prejudiciais e insustentáveis dirigidas a comunidades humanas e ao mundo natural. Com relação a isso, nós temos a responsabilidade através de nosso trabalho de identificar e recomendar práticas que correspondam ao primeiro princípio normativo.

A comunicação ambiental adentra, portanto, como campo de conhecimento acadêmico específico que estabelece, fundamentalmente, um vínculo entre os diversos meios de comunicação, o profissional que neles atua, seu público receptor e o meio ambiente que os cerca, tanto físico, quanto social, quanto mental.

Seu estudo torna-se relevante por abranger diversas áreas do conhecimento, gerando a necessidade de promover um só discurso que seja auto-suficiente e esclarecedor. No entanto, que este não a trate como um problema que tenha uma solução rápida e eficaz, mas que insista na importância de um discurso que eduque a sociedade para um futuro melhor no que diz respeito aos problemas ambientais.

No mundo moderno, onde o conhecimento encontra-se fragmentado, compartimentado em áreas que muitas vezes não se comunicam, a discussão ambiental resgata o sentido holístico, o caráter multidisciplinar que permeia todas as áreas do conhecimento, e nos induz a uma leitura da realidade onde tudo está conectado, interligado, relacionado. (TRIGUEIRO, 2003, p. 77)

Dessa forma, a Comunicação Ambiental age de maneira interdisciplinar, resultando no encontro de variadas áreas que antes se viam completamente distante e que, hoje, se completam de maneira transparente. Ela pode ser encontrada nos diversos saberes e é por isso que ela se torna tão fundamental em uma época na qual a consciência social frente ao meio ambiente é quase que primordial para que as futuras gerações sejam preservadas.

4.1 Os veículos

A cobertura do meio ambiente nos diversos veículos de comunicação de massa como jornais, revistas, televisão, rádio e internet está cada vez mais difundida nas editorias existentes. A preocupação que se iniciou através de temas relevantes e controversos, como as mudanças climáticas, segurança alimentar, transgênicos, consumo consciente e expansão desordenada da população e do espaço, entre outros, encontrou hoje um enfoque muito mais profundo e explicativo.

Abordado antes apenas em momentos de crise ambiental ou desastres naturais, o meio ambiente passou por um processo longo e trabalhoso para finalmente adquirir seu espaço na mídia. Surgem, assim, cadernos, complementos e edições especiais de revistas e jornais que relatam acontecimentos relacionados ao tema por outros lados, dando um approach muito mais educativo.

Analizando rapidamente a cobertura do meio ambiente torna-se evidente a necessidade de se observar realidades distintas no processo de produção jornalística que se orienta para esta temática. A prática do jornalismo ambiental não está sendo acompanhada por um empenho sistemático de firmar seus limites e definir conceitos. O perfil desta cobertura ainda está bastante difuso e complexo ainda gerando certo preconceito.

A exigência do imediatismo apresentada pela cobertura atual reflete suas consequências principalmente quando se trata da abordagem do meio ambiente na mídia. Relatando assuntos cujos efeitos serão encontrados em um futuro longínquo, tanto seu espaço na mídia quanto o interesse do mesmo pela sociedade acaba sendo desprezado e outros que apresentam suas causas e efeitos imediatos são avaliados como mais importantes e merecedores de um realce consideravelmente maior nos veículos de comunicação.

O *timing* do noticiário, portanto, é acelerado, e com a evolução das tecnologias na área da comunicação tende a ser cada vez mais instantâneo e interativo. É nesse cenário agitado e estressante que profissionais da imprensa tendem a não entender como notícia o que não se resolve numa escala de tempo fora dos padrões usuais. (TRIGUEIRO, 2005)

Sendo assim, assuntos trágicos relacionados ao meio ambiente como secas e inundações, como foi o caso da Tsunami na Ásia, ocupam a maioria dos espaços nas editorias de meio ambiente das grandes mídias brasileiras. O que predomina são as coberturas das catástrofes causadas pela e para a natureza, esta última advinda da má

interferência do ser humano no meio ambiente. O sensacionalismo jornalístico aproveita-se desses fatos para reorientar as questões ambientais e estancar discussões e reflexões acerca dos problemas veiculados. O apelo é forte e os questionamentos são pouco relevados pelas matérias, esvaziando assim no leitor o entendimento e contextualização das problemáticas ambientais contemporâneas.

Essa volta do meio ambiente aos noticiários dos grandes veículos não pode ser vista somente com otimismo. Na dura realidade do jornalismo, o desastre sempre é mais noticiado que qualquer outro fato. Uma simples busca pela palavra ‘tsunami’ do material que foi publicado no site Folha Online indica 285 resultados. Enorme diferença quando falamos de ‘Quioto’, cidade japonesa sede da convenção mundial sobre mudança climática, que registra 36 páginas referentes ao assunto. (ROSA, 2008).

No entanto em algumas esferas da grande mídia, o assunto acaba sendo abordado de uma forma um tanto quanto menos sensacionalista, fugindo da abordagem citada. Essas exceções servem de exemplo para as restantes e devem ser encaradas como o início de uma nova fase na qual o meio ambiente é tratado em sua essência e em longo prazo, gerando discussões e atitudes em seu público receptor.

Na televisão, por exemplo, houve um enorme progresso e diversas mudanças em relação ao tratamento das questões ambientais, como na Globo News, TV Cultura e no Canal Futura, onde são exibidos programas informativos e interativos. Em entrevista ao jornal eletrônico “Jornalismo Ambiental” o professor e doutor formado em Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) Wilson da Costa Bueno diz que:

As universidades ainda não acordaram para a formação na área e há poucos cursos (uns cinco no máximo) na graduação e raras linhas de pesquisa ou projetos na pós-graduação. Mas aposto que a situação deve mudar nos próximos anos, se fizermos o trabalho bem feito e não assumirmos o meio ambiente como mais uma pauta que dá audiência. (2003)

A carência de informações mais eficazes relacionadas ao assunto leva certos setores da sociedade a procurar um engajamento maior por outros caminhos. A mídia ambiental especializada surge, portanto, como uma alternativa para aqueles que procuram aprofundar o tema, relatando seus pormenores e acompanhando de forma corrente e gradativa cada particularidade dos problemas ambientais. Apresenta

problemas e possíveis soluções, que são recebidas por seu público e muitas vezes difundidas sob uma forma de consciência e disciplina.

As mídias especializadas vão além da divulgação do problema ambiental em si e passam a apurar todos os fatores que o cercam. As futuras conseqüências, possíveis soluções, projetos em andamento ou concluídos que servem para uma maior compreensão da pauta abordada, resultando em reportagens mais completas e até mesmo complexas. Entretanto a mídia ambiental não deve ser confundida com a mídia científica, fator percebido recorrentemente em diversas editorias.

Paralisadas em questões consideradas por muitos como pequenas e insignificantes, elas acabam sendo deixadas de lado e muitas vezes condenadas a um fracasso absoluto. Além disso, sua capacidade de infra-estrutura para fazer uma cobertura adequada de grandes acidentes, por exemplo, não corresponde nem de perto à grande mídia. A carência de recursos para contratar veículos de transporte ou equipes de reportagem competentes para uma cobertura de 24 horas do problema intimida e reduz ainda mais a relevância destes veículos.

Contudo, a mídia especializada, ao contrário da grade mídia, não menospreza o assunto após a perda de visibilidade do mesmo. Segue como fiel observadora do fato, relatando todas as suas conseqüências e as decisões que foram tomadas em relação à ele. Denuncia culpados e cobra consciência, atitude que não encontramos com tanta freqüência nos grandes veículos de comunicação.

A tiragem de veículos ambientais no Brasil ainda é infinitamente inferior ao esperado por muitos. Apesar da constante criação de suplementos e cadernos na grande mídia relacionados ao tema, ainda falta muito para se alcançar a difusão ideal. Falta a conscientização de que esses meios alternativos podem contribuir muito para a compreensão dos problemas ambientais.

O editor do “Jornal do Meio Ambiente” e vencedor do “Prêmio Global 500 da ONU para o Meio Ambiente” Vilmar Berna acredita que, nos próximos anos, a luta dos veículos segmentados será pela democratização da informação ambiental, a qual julga necessária para o desenvolvimento da cidadania ambiental. Ele sugere a criação de “esquemas inovadores para subsidiar o acesso a essa informação ou para eliminar os impedimentos não-econômicos”. O jornalista tem feito investidas junto ao Ministério do Meio Ambiente, solicitando a criação de políticas públicas para financiar os veículos ambientais.

Em um de seus textos Berna relata a constante dificuldade desses veículos em assegurar uma imagem de seriedade e comprometimento em relação às causas ambientais:

O curioso é que as mesmas empresas e governos que enchem as redações da mídia especializada com releases, por um lado, excluem esses veículos de seus planos de mídia. Também não asseguram recursos para divulgação nos projetos ambientais que patrocinam. Depois se queixam que os resultados obtidos não receberam a divulgação que merecia, que apesar de todo o investimento em projeto de responsabilidade sócio-ambiental a imagem institucional da empresa ou Governo continua péssima, ou que o evento, curso ou seminário ambiental não recebeu o público esperado por falta de divulgação. (BERNA, 2003).

O desafio da mídia especializada no assunto não é apenas aumentar sua tiragem, mas, primeiramente, se afirmar dentro do seu próprio meio jornalístico, sendo respeitada por seu árduo trabalho que visa tornar o meio ambiente uma pauta constante na sociedade vigente. A imprensa tornou-se um canal legitimado de cobrança das autoridades e os problemas decorrentes da falta de atenção ao meio ambiente são pautas diárias. O jornalismo pode ser o canal ideal para a difusão da consciência ecológica.

A idealização das mídias ambientais em tornar o meio ambiente mais presente nas discussões sociais, ainda que não tenha alcançado seu objetivo final em sua totalidade, está se encaminhando para tal. Profissionais da grande mídia mantêm seu esforço na permanência de assuntos relacionados ao meio ambiente em diversas editorias. O assunto está, de fato, se tornando um grande alvo de muitos questionamentos.

O meio ambiente já foi apontado como uma das principais mega-tendências para essa década e a virada do século. O tema passará a integrar cada vez mais o cotidiano da humanidade e os formadores de opinião, que atuando como agentes de informação e até de educação devem tomar consciência da grande responsabilidade sobre seus ombros. (VIA, 1993, p.29).

O assunto fascina cada vez mais o público e os profissionais da comunicação. Empresas e investidores estão passando a enxergar oportunidades de crescimento em soluções de preservação ambiental. O fato da sociedade está adquirindo uma consciência maior em relação aos problemas ambientais, está levando grandes organizações não somente a fazer o mesmo, mas a querer mostrar constantemente sua preocupação através de medidas ecologicamente sustentáveis e o chamado marketing verde.

Revistas de economia e negócios, como a Exame da editora Abril, passam a escrever matérias especiais sobre novas possibilidades de negócios e sustentabilidade, a conhecida ‘economia verde’. Empreendedores brasileiros já encontram nos mercados verdes um caminho de inovação e aproximação com um mercado novo e crescente, ou seja, um modo de fazer dinheiro. Como exemplo disso o administrador paulista José Luiz Majolo que enfrenta nos dias de hoje o desafio de fazer decolar uma nova empresa chamada TerpenOil. Criada em 2007, a empresa tem o objetivo de fabricar produtos de limpeza orgânicos e biodegradáveis à base de terpeno, substância natural extraída de árvores como o pinus e de frutas cítricas, como a laranja e o limão.

Transmitidos pela mídia, esse tipo de exemplo é absorvido por jovens investidores como oportunidade de negócios, colaborando ainda mais para a ampliação da consciência ambiental no mundo. No entanto, não podemos deixar de mencionar o oportunismo de muitas empresas que constroem sua imagem de ecologicamente sustentáveis através das diversas mídias, realçando seus grandes esforços perante a preservação ambiental e omitindo o que de fato ocorre. Estando o meio ambiente na mídia quase que diariamente, sendo abordado de forma correta, ou não, empresários sentem-se praticamente obrigados a criar campanhas publicitárias voltadas às suas preocupações ambientais para cativar ainda mais o seu público consumidor. O grande problema está, no entanto, na veracidade das informações que são passadas.

A mídia dispõe de inúmeros artifícios e estes devem ser aproveitados para dissipar uma responsabilidade ambiental em cada indivíduo da sociedade, gerando consciência, atitude e cobrança àqueles que são responsáveis por instaurar medidas concretas que protejam o meio ambiente de uma devastação ainda maior daquela que não tem mais volta.

4.2 Os profissionais

Um velho clichê sobre a profissão diz que o jornalista é um especialista em generalidades. A intenção deste aparente paradoxo é afirmar a necessidade de habilidades e conhecimentos ecléticos para a prática profissional. E como um jornal fala dos mais variados assuntos, o clichê é muito pouco contestado. Além disso, com a evolução tecnológica, as funções específicas estão desaparecendo, exigindo também uma formação técnica genérica. Hoje, um bom repórter acaba sendo também apurador, pauteiro e editor da própria reportagem. (...) sua atividade envolve um grande poder. (NUNES apud PENA, 2005, p.289)

Tal definição deixa evidente a importância do jornalista estar envolvido em diversas áreas do conhecimento, tendo a capacidade de entender, mesmo que não absolutamente, todo e qualquer tema abordado pelas mídias contemporâneas. Ainda que muitos se especializem em uma editoria só, ele deve adquirir uma mínima noção nas outras áreas já que existe cada vez mais uma relação entre os diversos assuntos abordados pela mídia.

Sendo assim, a formação do jornalista será fatalmente incompleta se na grade curricular das universidades de ensino superior não forem realizados os ajustes necessários para revelar os impactos que pessoas, governos, organizações e, de uma maneira mais ampla, o atual modelo de desenvolvimento, ou seja, os meios de produção de consumo geram sobre os recursos naturais, a desigualdade social e a qualidade de vida.

A urgência que o assunto requer e suas dimensões mundiais justificam por si só a importância da atualização do ensino. O estudante de comunicação e de jornalismo, em específico, precisa tomar o conhecimento prematuro das causas e conseqüências da crise ambiental que vivemos no dia-a-dia.

É, no entanto, com pesar que encontramos esta falha em inúmeras instituições que não são capazes ou então não têm o interesse de aplicar tais modificações.

As universidades se assemelham muitas vezes a fabricas de tijolos quando se preocupam em formar alunos sob medida, por meio de cursos estritamente comprometidos em suprir as demandas do mercado. Relega-se, nesses casos, o curso de nível superior a um papel medíocre, nivelador, sem a perspectiva de discutir a fundo o papel do jornalista num mundo em transformação e com novas demandas na área da informação. (TRIGUEIRO, 2005, p.279)

É importante ressaltar que o relevante não seria exigir do estudante o papel de especialista no assunto. O especialista é a fonte. Cabe ao profissional apenas a capacidade de identificar os assuntos que são merecedores de maior visibilidade na mídia e, portanto, na sociedade como um todo.

A divulgação competente da meio ambiente deve passar, necessariamente, pela formação do jornalista. É importante compreender o papel deste campo em questão, seus limites e potenciais, bem como ter claro a sua relação com o Estado e a sociedade. Para tal é fundamental que o profissional estude minuciosamente os desdobramentos dos problemas ambientais, suas conseqüências e possíveis caminhos que possam servir como formas de soluções.

Assim como as informações sobre a política e a economia, o meio ambiente também é de suma importância para a sociedade. Ainda que isso não seja reconhecido por todos, a crise ambiental é um assunto que afeta a todos os cidadãos, sem exceção, e deve, portanto, ser mencionada e discutida tantas vezes for necessário para gerar um sentimento de responsabilidade ambiental em cada um de nós.

Os grandes desafios do desenvolvimento sustentável passam pelo conhecimento. Ele é fundamental para que os cidadãos possam tomar diariamente decisões voltadas para o consumo consciente, compreendendo os seus possíveis impactos ambientais e sociais. Cada um deve compreender que é parte de um todo e que qualquer solução que seja escolhida deva, obrigatoriamente, envolver cada indivíduo. A cidadania passa, também, por um jornalismo sem adjetivação. Não é apenas o jornalismo ambiental, econômico ou político. É apenas o jornalismo. O jornalista ambiental tem, portanto, o papel de conscientizar a população no que diz respeito às suas atitudes perante o meio ambiente, contextualizando seu leitor na crise ambiental em que nos encontramos.

A forma como deveria ser feita essa cobertura é discutida por muitos profissionais da área. Na apuração, por exemplo, a variedade das fontes deve ser um princípio básico. Não se trata somente de ouvir o outro lado como mandam os tradicionais manuais de redação. Tratando-se de assuntos relacionados ao meio ambiente, todo cuidado é pouco para evitar um erro ou até mesmo ser instrumentalizado pelo especialista que passa as informações. Na elaboração do texto, é necessário contextualizar os fatos observados em toda a sua dimensão política, econômica e histórica. Na divulgação das diversas crises ambientais a informação meramente factual é um desserviço à opinião pública. O jornalista não pode esquecer-se de seu papel educativo.

O jornalista André Trigueiro descreve em seu texto ‘Formando jornalistas para um mundo sustentável’ que um bom exercício para descobrir as diversas possibilidades que o jornalismo ambiental oferece é a visão sistêmica - definida pela Wikipédia, a visão sistêmica consiste na habilidade em compreender os sistemas de acordo com a abordagem da Teoria Geral dos Sistemas, ou seja, ter o conhecimento do todo, de modo a permitir a análise ou a interferência no mesmo. Levando seus alunos para um passeio no estacionamento do campus da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), o jornalista construía a partir de um ponto específico uma vasta teia de relações, deixando mais que evidente que um mesmo ponto de partida pode gerar inúmeras abordagens relevantes e interessantes como pauta ambiental.

O bom jornalismo é aquele que se preocupa em analisar os diversos lados de um só acontecimento, oferecendo ao seu público a chance de formar sua própria opinião sobre o assunto em questão. André Trigueiro deixa isso bem claro quando cita Marcos Sá Corrêa:

(...) foi ao Acre por 4 ou 5 dias. Ficou um mês. Ao voltar, não trazia só a reportagem que no fim do ano o levaria o Prêmio Esso. Trouxe mais. Trouxe um modelo de cobertura jornalística que, sem ter uma linha de isenção, conseguia mostrar todos os lados de uma história que, no fundo, tinha um lado só. (...). (TRIGUEIRO *apud* CORRÊA, 2005, p.285)

A história de Trigueiro serve como exemplo para todos os profissionais da área que buscam uma cobertura mais descente do meio ambiental. Pós-graduado em Gestão Ambiental pela COPPE, UFRJ, o jornalista foi o criador da disciplina de Jornalismo Ambiental na PUC-Rio. Em palestra para alunos do curso de Jornalismo na UFRJ em 2007 ele conta da sua batalha constante em desenvolver e trabalhar pautas relacionadas ao meio ambiente na grande mídia. Atuando como repórter e apresentador na maior emissora de televisão do país, Trigueiro já provou que sua luta não tem sido em vão. Desde 1996 ele vem apresentando reportagens sobre o assunto. Hoje, apresenta o programa ‘Cidades e Soluções’ no canal Globo News, que o levou a receber o prêmio Ethos de Jornalismo na categoria mídia eletrônica - TV (2007) , o 3º Prêmio ABCR de Jornalismo, o Prêmio Especial do Júri - categoria Mídia (2007) na 3ª Edição do Prêmio CEBDS (2007), o Prêmio ABRELPE de Reportagem (2007) e o I Prêmio Microcamp de Jornalismo - categoria telejornalismo (2008). Foi agraciado com o Prêmio Comunique-se na categoria Jornalista de Sustentabilidade (2007).

Por trás de todos esses resultados alcançados pelo jornalista está um árduo trabalho que o profissional em questão vem desenvolvendo desde que cobriu o Fórum Global – que ocorreu durante a Eco-92 - pela Rádio JB-AM. Reconhecido por todos envolvidos na questão ambiental, Trigueiro ressalta em entrevista dada ao jornal eletrônico O Eco a relação entre ser um jornalista ambiental e ser um militante:

Eu não sou imparcial com sustentabilidade. Como não sou imparcial com a escravidão, com a corrupção. Tem um lado idealista importante, existe uma nobreza no jornalismo ambiental, é um trabalho muito bonito e sedutor. E tem um lado subversivo, de incomodar interesses fortes na política e na economia, contrários à sustentabilidade. Nesse sentido, você é um ativista, não está seguindo o fluxo. Existe um momento em que você bate de frente e se expõe. (TRIGUEIRO, 2005)

Se expor é praticamente inevitável quando se trata de uma questão ainda delicada para a sociedade. Trigueiro apenas representa inúmeros outros profissionais na luta por um espaço maior na grande mídia e a abertura de oportunidades para a mídia especializada.

Sendo um dos especialistas na forma como a mídia aborda o meio ambiente, Trigueiro ressalta sua insatisfação em relação à sensibilidade da mídia para os assuntos ambientais.

Vazamentos de óleo, enchentes, estiagem, queimadas, furacões e terremotos merecem lugar de destaque no noticiário, o que é correto. Mas ainda nos falta, enquanto profissionais de comunicação, perceber a urgência de abrir espaço na mídia para novas pautas que cumpram dois objetivos distintos: explicar com clareza e objetividade os desafios que temos pela frente em relação ao aquecimento global, escassez de recursos hídricos, desertificação do solo, destruição voraz da biodiversidade, multiplicação do volume de lixo, consumismo desenfreado e compulsivo, desertificação do solo, transgenia irresponsável (entre outros assuntos um tanto ausentes no noticiário); e sinalizar rumo e perspectiva para a sociedade dando visibilidade a inúmeros exemplos de que é possível viver em um mundo sustentável, ou seja, construir um projeto de desenvolvimento que gere riqueza sem destruir o meio ambiente. (TRIGUEIRO, 2005).

Assim como Trigueiro, muitos outros jornalistas compartilham de sua opinião à respeito dessa cobertura. Não só no Brasil, mas no mundo inteiro o meio ambiente é alvo apenas quando se trata de catástrofes. Cabe, portanto, aos profissionais da área investir na reversão deste processo. No entanto, para que os assuntos ambientais sejam tratados e focados de outra maneira, é importante que os jornalistas passem por uma espécie de especialização para obterem certo domínio sobre suas causas, consequências e soluções adotadas.

A especialização em jornalismo ambiental é visto por muitos como a saída para qualificar as questões ambientais, no entanto, há os que se opõem a tal fato. Vilmar Berna acredita que a especialização não é viável em um país como o Brasil por questões de sobrevivência do jornalista no mercado de empregos, já que a mídia ambiental não constitui plenamente seu “ethos” no campo da comunicação. Em contrapartida, o ex-Secretário do Meio Ambiente do estado do Rio de Janeiro e atual Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, foi o primeiro a defender a especialização.

No que diz respeito à formação do jornalista, a polêmica tende a continuar. O importante é que o jornalista tenha consciência daquilo que está produzindo e o efeito ao qual seu público será submetido. O trabalho do profissional de comunicação quando

diz respeito às causas ambientais é mobilizar a população. Só democratizar a informação ambiental pode não ser suficiente para produzir as mudanças necessárias de opinião. Não é pelo volume de informações que a população aprende a pensar criticamente e atuar em seu mundo para transformá-lo, se não tiver uma cultura e uma formação que predisponha as pessoas a valorizar esta informação. A simples veiculação de informação ambiental desassociada de um compromisso com a cidadania crítica e participativa, ao contrário de estimular uma revisão de valores, pode aumentar a velocidade do saque aos recursos do Planeta.

Exercendo seu papel de forma coerente e responsável, o jornalista ambiental pode ser a contribuição necessária para conscientizar a sociedade de um mundo tão castigado pela depreciação ambiental. Alberto Dines define bem tal importância quando diz que um dos pilares da tríade interativa das ações jornalísticas é a ética, "porque somos responsáveis pelos efeitos de nosso trabalho e das nossas intervenções no processo."

5 A cobertura ambiental: Grande Mídia versus Mídia especializada

Para realizar um estudo de caso entre mídias especializadas em Comunicação Ambiental e mídias de grande circulação, foram escolhidas duas revistas: a edição de março de 2008 (Nº 191) da revista ‘Os caminhos da Terra’, Editora Peixes, e a edição do dia 31 de março (Nº 515) da revista ‘Época’, da renomada Editora Globo.

Publicada apenas mensalmente, a mídia especializada em questão possui uma maneira bem diferente da grande mídia quando o assunto tratado é o meio ambiente. Essas diferenças não consistem apenas no enfoque ou no ponto de vista de relatar tal assunto, mas no vocabulário, na produção visual e nas publicidades inseridas em ambas.

5.1 Revista Os Caminhos da Terra

A revista ‘Os caminhos da Terra’, mais conhecida como Terra, foi escolhida para ser analisada por ser uma das revistas de maior circulação dentre as revistas especializadas em meio ambiente, com tiragem média de cinquenta e cinco mil exemplares. Com custo de aquisição mais alto do que a maioria das revistas de grande circulação – ela custa R\$9,90 nas bancas - esta revista da Editora Peixes realiza diversas reportagens sobre diferentes culturas e expedições a lugares inóspitos, dando dicas e fornecendo conhecimento aos leitores de como se tirar proveito de uma maneira correta da natureza.

A revista em questão realizou matérias na África do Sul, no Chile, no Brasil, na Polinésia Francesa e uma entrevista com o cientista alemão George Schaller, especialista em animais selvagens e um dos mais influentes naturalistas responsável pela criação de mais de 20 parques de proteção ambiental no mundo.

A interessante entrevista com George Schaller mostra o lado político e científico da revista. Sua entrevista não consiste apenas em retratar a história acadêmica ou as aventuras na selva de um cientista, mais do que tudo, sua entrevista leva os leitores a um questionamento de como sua consciência política pode ajudar na questão ambiental.

Saller defende a importância da educação ambiental nas escolas e principalmente em cursos superiores. Segundo ele, a formação ideal de qualquer profissional tem que passar pela consciência política e ambiental, como também defende Robert Cox, especialista em comunicação ambiental. Ele se cita como exemplo,

e mostra que utilizou sua influência política, mesmo detestando a burocracia e as pessoas que a envolvem para o bem da natureza. Schaller ajudou a criar mais de 20 reservas ambientais, sendo a de Chang Tang, a segunda maior reserva do mundo em uma área de turbulência, pois se situa em uma área de conflito na China.

Em momento algum da entrevista Schaller escondeu o seu descontentamento com a política empregada pela família Bush em relação ao meio ambiente. Para o cientista alemão tanto Bush pai quanto Bush filho são “ecologicamente analfabetos”, e aproveita para citar a importância dos países em desenvolvimento na preservação do meio ambiente, em contraste com os países ricos, como os Estados Unidos da família Bush.

Em sua cruzada em defesa dos bichos, o obstinado Schaller acabou por constatar que os governos dos países ditos emergentes, ou mesmo pobres, mostram-se em geral mais receptivos a iniciativas protecionistas que aqueles de nações ricas. Um dos exemplos que costuma citar é o de Ruanda. (p.84)

Sem o uso de uma linguagem científica ou termos técnicos de difícil entendimento, a revista mostra de maneira simplista como o ser humano em sua total complexidade e diversidade consegue conviver com o meio ambiente, e retrata as experiências de seus repórteres em diversos locais do planeta, nos quais tal mutualismo, entre humanos e natureza, ocorre harmoniosamente.

Em todas as expedições e reportagens o termo desenvolvimento sustentável aparece sem nenhuma conotação comercial, ou alarmante, como ocorre normalmente em meios de comunicação da grande mídia. Utilizando-se de exemplos, a revista consegue despertar uma mobilização por parte do leitor com temas considerados polêmicos, como o da exploração de minério, que foi abordado em duas reportagens diferentes. O primeiro relata a experiência vivida por garimpeiros em Minas Gerais e o aprendizado adquirido ao longo de sua convivência com a natureza em busca da sobrevivência.

“O garimpo artesanal não causa danos ambientais, mas a exploração ilegal com bombas de sucção, sim.”, nota João Lizardo, da FEAM, o órgão estadual responsável pelos cuidados com o meio ambiente. (p.44).

Já a segunda reportagem mostra a falta de transparência que ainda cerca algumas empresas multinacionais, que é o caso que se mostra na África do Sul, um dos países com as maiores reservas de diamantes do mundo. Em expedição a tal país, a matéria

apresentada pela revista não teve acesso às praias pertencentes à mineradora DeBeers, como relata Luciana Piva.

O roteiro para as flores de Namaqualand revela tudo isso, menos a riqueza mais famosa do oeste da África do Sul: os diamantes. Você escuta que há praias lindas, em que as areias são cobertas por essas pedras preciosas, mas ficar sem saber muito bem onde, que praias são essas e como chegamos até elas. A multinacional DeBeers, que detém o monopólio de extração dos diamantes, organiza um tour para os visitantes, mas sem levá-los às praias. (p.32).

Outra maneira de abordar o desenvolvimento sustentável utilizado pela revista é explorar o ecoturismo. Ao final de cada matéria, ‘Os Caminhos da Terra’ oferece ao leitor um guia sobre o local onde foi realizada a matéria em questão. O guia apresenta sempre diferentes opções para o mesmo passeio, sendo uma delas a que se encaixa mais em uma postura ecologicamente correta, sem restrições a nomes de hotéis, pousadas ou agências de turismo. Ainda abordando o ecoturismo, a revista se preocupa em transcrever durante as reportagens os pensamentos e a conscientização de microempresários, quase sempre originários da região, que tornam a causa ambiental parte de seus negócios não somente por contribuírem para grandes lucros financeiros, mas também por representarem uma cultura de preservação para todos os habitantes da região que possuem uma relação com a empresa, seja direta- ou indiretamente.

A revista “Terra” procura sempre ilustrar com fotos, paisagísticas ou não, suas matérias. Além de fascinantes, as fotos sempre apresentam um texto legenda trazendo dados complementares à matéria na qual ela foi inserida. Outra característica extremamente comum da revista são os infográficos e os mapas que servem como forma de apoio informativo às reportagens.

Além disso, é importante que se faça uma análise dos anunciantes da mídia especializada em questão. Ainda que apresente um custo consideravelmente inferior ao das grandes mídias - variam entre dezessete a trinta e nove mil reais - a revista não apresenta grandes empresas como anunciantes. Em sua maioria, os informes publicitários são de empreendimentos que vendem produtos e serviços especializados para pessoas que gostam e apreciam a vida em contato com a natureza. Outra grande parte das propagandas inseridas na revista são os anúncios de conferências e congressos que abordam a comunicação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

A revista acaba deixando a desejar àqueles que esperavam matérias mais instigadoras em relação ao meio ambiente. Apesar de demonstrar todo a sua

preocupação em relação às causas ambientais, como a extinção de animais, e a preservação ambiental, ela acaba deixando um pouco de lado os problemas ambientais em si. A Terra se foca, basicamente, no ecoturismo e de que forma seu leitor pode realizar uma viagem ecologicamente correta, cheia de aventuras e contato direto com a natureza. Matérias polêmicas que possam causar sentimento de revolta e tomada de decisões não são encontradas na revista de forma explícita.

Um amante da natureza em busca de aventuras acaba se deliciando em todas as páginas, repletas de imagens perfeitas e sedutoras, já um ativista ambiental, este acabará, provavelmente, frustrado.

5.2 Revista Época

A revista Época, que custa R\$7,90 nas bancas, tem uma tiragem média de quatrocentos mil exemplares por edição, o que a torna a segunda revista informativa semanal mais vendida no Brasil. Como trivial de revistas informativas de grande circulação, a revista Época publica matérias utilizando o meio ambiente como foco principal apenas esporadicamente, quando não se trata de alguma catástrofe ambiental.

A edição analisada não teve relação alguma com desastres naturais, mas sim com o consumo sustentável e o que as grandes empresas estão fazendo para se adequar ao chamado “consumidor consciente”.

Com o uso de uma linguagem direta e utilizando-se de pessoas da classe média-alta como exemplo - público-alvo da revista - esta se preocupa em mostrar de que forma os cidadãos comuns, que estão se tornando consumidores conscientes, boicotam o consumo de qualquer produto que agrida a natureza.

Quando disse que era uma marca muito legal ele rebateu: “Mãe, essa marca salva baleias, golfinhos ou protege animais em extinção? Se não faz isso, não é uma marca legal.” A crítica soou como um chamado para Paula repensar seus hábitos de consumo. Hoje ela não compra mais por impulso. (p. 40)

Definido o perfil de consumidor que a revista queria atingir, a reportagem continua com uma série de merchandising que incluem parcerias entre grandes supermercados, produtores de alimentos e ONGs. As informações apresentadas estão sempre apoiadas em dados fornecidos por institutos, como o renomado Instituto Akatu,

que é responsável pelos primeiros levantamentos nacionais sobre a relação entre consumo e as responsabilidades sociais e ambientais das empresas.

Dentre tantas informações dadas ao leitor em poucas páginas dedicadas à edição especial sobre o consumo consciente - apenas 27 das 138 páginas pertencem às reportagens especiais sobre o assunto -, o leitor consegue aprender superficialmente sobre a credibilidade de certificados de qualidade ambiental apresentados ao longo das matérias, o que as empresas estão fazendo para produzir de maneira sustentável e porquê elas estão fazendo isso.

O trecho dedicado à conscientização das empresas em produzirem de modo sustentável é capaz de fazer o leitor pensar sobre o assunto. Isto acontece graças a três pontos de vista diferentes que a revista Época oferece ao seu público leitor. A revista apresenta uma entrevista com um sociólogo, que afirma que a produção sustentável começou com mães que estavam preocupadas com o futuro de seus filhos; e visão de especialistas em marketing que afirmam que “é bonito vender verde”, pois as empresas ficam bem vistas no mercado; e os donos e sócios das empresas, que afirmam que estão mais preocupados com a sobrevivência do planeta do que com lucros maiores.

Esse mundo ‘faz de conta’ no qual todos estão preocupados com a preservação ambiental, mães, marketeiros e empresários, tornam-se extremamente contraditório quando analisado à fundo. Que empresas se preocupem mais com o meio ambiente do que com seus lucros não passa, na maioria das vezes, de uma jogada de marketing para promover sua imagem e credibilidade.

Em outro trecho, a revista Época analisada, mostra quais atos dos consumidores podem prejudicar o meio ambiente, como, por exemplo, quanto gás carbônico é produzido na confecção de um prato de comida no almoço. Aqui vale lembrar que o tom alarmista do jornalismo sensacionalista se faz bastante presente, pois problemas ambientais como o aquecimento global, que são gerados por uma série de fatores, são colocados em evidência em apenas uma parcela da sociedade, que se não mudar seus hábitos vão acabar destruindo o planeta. Um exemplo claro disto acontece quando a revista, em letras grandes e com destaque em vermelho, afirma que as compras domésticas são responsáveis por 77% da emissão de gás carbônico no mundo. Ou seja, se o consumidor não mudar seus hábitos a temperatura do ambiente vai continuar aumentando, e o aquecimento global nada teria haver com fábricas e multinacionais que não adotam posturas ecologicamente corretas. Para ratificar o sentimento de culpa sobre o leitor que ainda não possui consciência ecológica, a matéria é fechada com o exemplo

Barcelona, que conseguiu mudar seu prognóstico através da conscientização da população e hoje é exemplo de uma cidade ecologicamente correta para o mundo inteiro.

A baiana Mônica Faria recicla o lixo em Barcelona. “Não adianta reclamar do aquecimento global se não agirmos”, diz. Ao premiar quem recicla, Barcelona vira exemplo de coleta coletiva. (p.84).

A revista passa o tempo inteiro jogando a responsabilidade de preservar o meio em que vivemos para o seu leitor. Estimula mudanças de hábitos e um consumo consciente, omitindo informações que seriam mais relevantes para a consciência ambiental como um todo. De fato, o leitor pode colaborar para a preservação ambiental, no entanto, não é ele o único responsável e, isso, acaba ficando de fora das matérias apresentadas.

As fotos da revista são apenas ilustrativas, como uma pessoa no supermercado ou jogando o lixo no contêiner para reciclagem. Já os infográficos são muito interessantes, pois dispõe de curiosidades e informações, apesar de serem repletos de merchandising assim como o texto inteiro da revista.

Um fato que chama bastante atenção de quem percorre a revista é a grande quantidade de páginas repletas de anúncios e propagandas de grandes empresas - 14 das 27 páginas contém publicidade -, apesar do grande custo por página anunciada (os valores ficam entre cinquenta e dois mil e trezentos mil reais). O conteúdo das propagandas não está relacionado a algum produto específico, e sim, visa informar que tal empresa planta árvores por livre e espontânea vontade, ou que tal banco patrocina alguma reserva ecológica, criando um laço estreito com o leitor que está sendo induzido pela reportagem a consumir produtos de empresas que vivem em harmonia com a natureza, ou seja, o clássico Marketing Verde.

5.3 Revista Terra versus Revista Época

Apesar de ambas as revistas em questão trazerem em suas matérias o desenvolvimento sustentável e questões ambientais, a revista ‘Os caminhos da Terra’ e a revista ‘Época’ se distanciam na maneira de abordar tais assuntos. Por serem revistas de estilo, quantidade de circulação e público alvo diferentes, esta desigualdade não se

mantém apenas no ponto de vista na hora de tratar a questão ambiental, mas também no conteúdo da revista, na parte gráfica e comercial.

Por ser uma revista especializada em meio ambiente, a revista Terra, como seu próprio editorial define, tenta atender às necessidades de seu público vivenciando as experiências que eles gostariam de ter. Com uma narrativa simples, as reportagens da revista conseguem instigar a sociedade a pensar e responder sobre as questões ambientais em diferentes culturas, ou seja, ela não apenas passa a informação ao leitor, mas o leva a pensar como interagir com a natureza sem degradá-la. Outro ponto positivo da mídia especializada é trazer ao meio social opiniões de pessoas de diversas camadas sociais, mostrando, ainda que sutilmente, que a consciência ambiental deve ser atingida por qualquer um, e não por determinada classe. Por ser uma mídia especializada em meio ambiente, e por isso ter suas páginas inteiramente dedicadas à questão, a revista consegue se aprofundar no tema em diversas áreas, deixando mais espaço entre as informações e permitindo que o leitor pense a respeito do que está lendo.

Por outro lado, quando a grande mídia resolve tratar do assunto, dedica apenas algumas páginas à questão ambiental, e, mesmo assim, de maneira esporádica. A revista Época publicou somente seis matérias especiais relacionadas ao meio ambiente nos últimos dois anos (fonte site editora Globo). É inevitável não perceber e não relacionar diretamente a abordagem da revista Época sobre o consumo consciente com o excesso de merchandising que ilustra a matéria, o que faz parecer que a reportagem só foi escrita para atender às necessidades de empresas que investem em desenvolvimento sustentável. O excesso de informações em poucas páginas, sempre ilustrados por alguma empresa que realiza tal atividade, acaba por deixar o leitor confuso e desorientado. A revista tenta compensar esta desorientação dedicando parte da edição às pessoas comuns e como elas poderiam ajudar a manter o planeta organizado e protegido, deturpando, no entanto, a verdadeira causa do problema em questão. Não mostra suas verdadeiras causas e inverte valores, apenas exemplificando o que o cidadão comum deve fazer para melhorar sua cidade. Não que tais informações sejam irrelevantes, mas pelo fato da grande mídia não mostrar a quem, ou à qual governo ou empresa, o cidadão deve questionar para que os problemas ambientais realmente sejam resolvidos em grande escala. Acima de tudo, ela deixa de gerar um questionamento propício, como a comunicação ambiental e a comunicação em geral deveriam agir.

Outra situação que difere a mídia especializada da grande mídia é a questão gráfica da revista. Enquanto a revista ‘Terra’ se preocupa através de suas belas fotos

acrescentar alguma informação relevante ao leitor, as imagens encontradas na revista Época são meramente ilustrativas, não acrescentando nada de relevante ao leitor.

As duas revistas se assemelham quando o assunto são os infográficos. Em ambas esse recurso visual traz dados pontuais sobre a reportagem em questão, sendo fundamental na busca de informações rápidas e eficientes.

Por fim, a análise de uma das diferenças mais díspares entre a mídia especializada e a grande mídia: a propaganda. Na revista ‘Terra’ as propagandas são mais escassas apesar de seu menor custo de inserção, já na Época elas são encontradas de forma abundante. As propagandas da ‘Terra’ limitam-se a produtos e serviços específicos para aventureiros ou para quem aprecia o ecoturismo, sem nada parecer influenciar no enfoque ou no roteiro da reportagem. Já na revista Época, além de todo o merchandising que se encontra no decorrer dos textos e dos infográficos da revista, ela contém inúmeros anúncios de empresas multinacionais que não estão oferecendo produtos, e sim apenas mostrando ao consumidor consciente que elas são ecologicamente corretas. A impressão que é passada ao leitor que está um pouco mais atento, é que não são as propagandas que se entrelaçam com o conteúdo da revista, mas sim o inverso. Ao longo de toda leitura subentende-se que a pauta da matéria foi desenvolvida em conjunto com grandes anunciantes que desejavam “criar” novos clientes para suas empresas, deixando em segundo plano o papel fundamental da imprensa que é ajudar a formar novos cidadãos.

6 Conclusão

O meio ambiente relacionado à mídia engloba por si só inúmeros outros assuntos também considerados de suma importância. Fica, portanto, impossível abordar toda a sua dimensão em cerca de 40 páginas. O trabalho passa, então, a dar margem a muitas outras abordagens que possam, também, contribuir para a compreensão dos enfoques ambientais na mídia.

Analisando o percurso dos assuntos ambientais na mídia e realizando uma análise comparativa percebe-se que ainda que o meio ambiente esteja conquistando o seu espaço na mídia, muito ainda precisa ser trabalhado para atingirmos o ideal.

A falta de experiência das revistas especializadas que apresentam em sua essência matérias relacionadas ao ecoturismo, e a grande mídia que acaba por omitir muitas informações, servindo, apenas, como uma ponte entre os consumidores e as empresas em busca de reconhecimento e lucro, acaba se tornando evidente. Os principais problemas relacionados ao meio ambiente, suas causas, conseqüências e soluções são deixados de lado na maioria das vezes.

O imediatismo ainda vence as previsões em longo prazo. Se a sociedade não se conscientizar depressa que a preservação ambiental está diretamente relacionada com a sobrevivência das gerações futuras e se as mídias não passarem a abordar o tema de forma mais esclarecedora e até educativa, o futuro estará certamente comprometido.

7 Referências bibliográficas

BERNA, Vilmar. **Divulgar é tão importante quanto fazer**. 2003. Disponível em: <http://www.brasiloeste.com.br/noticia/852/>. Acesso em: 20 mai. 2008.

CARNEIRO, Augusto. **A História do Ambientalismo**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto. 2003.

CARVALHO, Isabel C; GUIMARÃES, Leandro; SCOTTO, Gabriela. **Desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2007.

COSTA, Wilson B. **As mudanças do jornalismo ambiental**. 2003. Disponível em: <http://mercadoetico.terra.com.br/noticias.view.php?id=1690>. Acesso em: 02 jun. 2008.

DUARTE, L. C. B. **A política ambiental internacional: uma introdução**. Revista Cena Internacional, 2004.

GUATARRI, Félix. **As Três Ecologias**. Papirus: São Paulo, 2006.

LAYRARGUES, Philippe. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? 1997**. Disponível em: http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_PT_32.pdf. Acesso em: 08 mai. 2008.

LEAR, Linda. **Rachel Carson Biography**, 2001. Disponível em: <<http://www.rachelcarsonhomestead.org/Default.aspx?tabid=97>> Acesso em: 16 mai. 2008.

LENZI, Cristiano L. **Para uma imaginação sociológica da ecologia: uma análise do pesamento de Anthony Giddens**. Disponpivel em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a06v9n1.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2008.

MASINI, Eleonora Barbieri. **The Legacy of Aurelio Peccei Twenty Years after his Passing and the Continuing Relevance of his Anticipatory Vision**. Roma: Aurelio Peccei Lecture, 2004.

MEADOWS, Donella H; MEADOWS, Dennis L; RANDERS, Jorgen. **Beyond the limits to growth**. 1992. Disponível em: <http://www.context.org/ICLIB/IC32/Meadows.htm>. Acesso em: 16 mai. 2008.

PELIZZOLI, M.L. **Correntes da Ética Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PENA, Felipe. **Teoria da comunicação** – conceitos, mídias e profissões. Rio de Janeiro: Rio, 2005.

PEREIRA, José S. **Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável realizada em johannesburgo, áfrica do sul. 2002**. Disponível em: <http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/pdf/208366.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2008.

PLEC, Emily. *Response to Cox: Crisis, Coherence and the Promise of Critical Rethoric*. 2007.

ROSA, Marco A. **Jornalismo em defesa do verde**. Disponível em: <http://www.jornalismoambiental.jor.br>. Acesso em: 26 mai. 2008.

TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no Século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

TRIGUEIRO, André. **Mundo Sustentável**: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: Globo, 2005.

TRIGUEIRO, André. **Por trás da bancada, Rio, 2005**. Disponível em: http://www.mundosustentavel.com.br/entrevista_02.asp. Acesso em 20 mai. 2008.

VIÁ, Sarah Chucid da. **Formação de recursos humanos**: a comunicação nas questões ambientais - propostas de ensino e pesquisa. In Comunicação e Sociedade - Ecologia. Ano XI, nº 19, Março de 1993.

VIOLA, Eduardo J. **O movimento ecológico no Brasil (1974-1986)**: do ambientalismo à ecopolítica. 1987. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm. Acesso em: 03 mai. 2008.

VENTURA, Zuenir. **Chico Mendes: crime e castigo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.